



ACÓRDÃO Nº 461/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11294/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari – COARIPREV.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsáveis:** Srs. Evandro Rodrigues Moraes – Ordenador de Despesa e Alvimar da Costa Monteiro Junior – Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7157/2016-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.1925/1948).
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Regularidade com ressalvas. Recomendação. Encaminhamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do período entre 06.01.2015 e 16.04.2015, do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV, de responsabilidade do **Sr. Evandro Rodrigues Moraes**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b” e “c” da Lei nº 2.423/96 c/c art. 11, III, “a”, “2” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE;
- 9.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Evandro Rodrigues Moraes** no valor total de R\$ 9.305,80 (nove mil, trezentos e cinco reais e oitenta centavos), em função das glosas especificadas nos itens 31a e 32a do Relatório Conclusivo nº 20/2016-DICERP, conforme os arts. 304 e 305 do Regimento Interno, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari - COARIPREV pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal.



ACÓRDÃO Nº 461/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Expirado o prazo, AUTORIZE desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;

- 9.3. Aplicar Multa ao Sr. Evandro Rodrigues Moraes** no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais, e vinte e cinco centavos), nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, relativa às restrições constantes nos itens 2, 3, 7, 8a, 10a, 11a, 15a, 16a, 17a, 19a, 20a, 24a, 27a, 28a, 29a, 31b e 32b do Relatório Conclusivo n.º 20/2016-DICERP, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal. Expirado o prazo, AUTORIZE desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;
- 9.4. Determinar ao Sr. Evandro Rodrigues Moraes** ou quem lhe haja sucedido, na forma do art. 140, IV, do Regimento Interno, o cumprimento do disposto nas Restrições n.º 4, 5, 6, 8b, 10b, 11a, 12, 13, 14, 15a, 16b, 17b, 18, 19b, 20b, 21, 22, 23, 24b, 25, 26, 27b, 28b, 29b, 30 e 33 do Relatório Conclusivo n.º 20/2016-DICERP;
- 9.5. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do período entre 17.04.2015 e 09.12.2015, do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Coari – COARIPREV, de responsabilidade do **Sr. Alvimar da Costa Monteiro Junior**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesa nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 9.6. Aplicar Multa ao Sr. Alvimar da Costa Monteiro Junior**, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, relativa às restrições constantes nos itens 5, 6a e 7ª, do Relatório Conclusivo n.º 20/2016-DICERP, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais



ACÓRDÃO Nº 461/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do Estado - SEFAZ pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal. Expirado o prazo, **AUTORIZA** desde já a instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173 da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

- 9.7. Determinar ao Sr. Alvimar da Costa Monteiro Junior** ou quem lhe haja sucedido, na forma do art. 140, IV, do Regimento Interno, o cumprimento do disposto nas Restrições n.º 3, 4, 6b, 7b, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 do Relatório Conclusivo n.º 20/2016-DICERP;
- 9.8. Recomendar** à próxima Comissão de Inspeção do DICERP/AM - Dir. Con. Ext. do Regime Próprio de Previdência, que verifique se foram cumpridas as supracitadas determinações;
- 9.9. Encaminhar** juntamente com o presente relatório e o decisório, cópia do Relatório Conclusivo n.º 20/2016-DICERP, ao Departamento dos Regimes de Previdência do Serviço Público – DRPSP, subordinado à Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS, do Ministério da Previdência Social.

10- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 2 de Maio de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral